

---

**CARGO: ANALISTA DE PROCURADORIA.**

---

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

1. Você recebeu do fiscal o seguinte material:
  - a) Este caderno com questões objetivas, sem repetição ou falha.
  - b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
2. Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
3. Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul**.
4. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo todo o espaço compreendido, a caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
5. Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
6. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas alternativas que só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**, a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
7. As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
8. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
  - a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
  - b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CARTÃO-RESPOSTA**.
9. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
10. Quando terminar, entregue ao fiscal o **CARTÃO-RESPOSTA**.
11. O **GABARITO** da Prova Objetiva será divulgado no PRÓXIMO DIA ÚTIL, no endereço eletrônico [www.iuds.org.br](http://www.iuds.org.br)

Considere o texto I para responder às questões 01 a 15.

**Texto I** – O medo de ontem e o de hoje

*O legado da escravidão. Que significa para o Brasil, hoje, ter tido escravos?*

O historiador baiano João José Reis responde: "Não acho que todos os problemas brasileiros, inclusive de relações entre as classes, tenham a ver com a escravidão. Mas o fato é que tivemos quase 400 anos de História em que os mais afortunados se acostumaram à noção de que os outros podem ser torturados. Isso pesa".

O historiador Manolo Garcia Florentino responde: "A escravidão foi a base a partir da qual se fundou uma civilização, retomando Sérgio Buarque de Holanda, para quem o Brasil, por sua complexidade e diversidade, era uma civilização. Ela fundou a civilização brasileira. E ao fazê-lo viabilizou um projeto excludente, em que o objetivo das elites é manter a diferença com relação ao restante da população".

O historiador Luiz Felipe Alencastro: "A escravidão legou-nos uma insensibilidade, um descompromisso com a sorte da maioria que está na raiz da estratégia das classes mais favorecidas, hoje, de se isolar, criar um mundo só para elas, onde a segurança está privatizada, a escola está privatizada, a saúde".

Hoje, a maioria não se lembra da escravidão no Brasil senão esporadicamente, vagamente. E em termos esquemáticos: Zumbi, o herói, ou o negro afortunado, o senhor desalmado ou a sinhazinha boazinha com o pessoal da senzala. A realidade foi mais complexa. Os historiadores, hoje, revelam um escravo que podia reunir na mesma pessoa o acomodado e o insubmisso. E um senhor que, embora na condução de um projeto arcaico e arcaizante, soube levá-lo avante.

Não é uma originalidade brasileira esquecer a História. Outros povos também a esquecem, especialmente seus pedaços ruins. A França não gosta de lembrar que boa parte da sua população colaborou com o nazismo. Os povos africanos não gostam de lembrar que também escravizaram, para uso próprio e para exportação. Para os Estados Unidos, a escravidão é um espinho encravado na garganta.

A revista *The New Yorker*, reduto do melhor pensamento americano, dedicou um número aos negros dos Estados Unidos. No artigo de apresentação, os editores recordam que dentro do "mito" americano, aquele de que o país foi construído sob o signo da justiça e da igualdade, paladino da liberdade, refúgio de oprimidos de todas as partes, dentro daquilo que conforma o sonho americano, enfim, estava embutido um pesadelo.

Ao Brasil, os últimos negros chegaram em 1850, ano em que terminou o tráfico. O historiador Flávio dos Santos Gomes, autor de *Histórias dos Quilombolas*, em que conta o episódio de Vassouras, é negro, e conseguiu retrair a trilha de seus ancestrais até 1743. Quantas famílias brasileiras brancas são tão antigas? Se antiguidade é credencial para pretensões de nobreza e propriedade, aos negros brasileiros, deveria caber mais do que lhes tem cabido, na sociedade brasileira.

Esquecer o passado, antes que uma anormalidade, é a regra, entre os povos, mas traz um problema: faz com que nos conheçamos menos [...]. Procura-se desvendar o país esquadrinhando seus sucessos e percalços neste século, mas as explicações mais profundas talvez se situem em períodos anteriores. Encare-se a escravidão e a maneira como ela contaminava a sociedade brasileira como um todo, não só a relação senhor-escravo. Um retrato do Brasil pode começar a emergir.

Falar de legado da escravidão, hoje, no Brasil, é falar da pobreza. Da miséria. Ou, para usar uma palavra mais atual - e apropriada -, da exclusão. Nem tudo tem a ver com a escravidão. Isso é simplismo. Também não somos iguazinhos ao que éramos na época da Colônia e do Império. Isso é mais simplismo ainda. Mas

pode ser útil, para entender o Brasil do presente, acompanhar o raciocínio de Manolo Florentino, quando faz a seguinte afirmação: "O tráfico foi o maior negócio de importação brasileiro até 1850. Comprar pessoas para estabelecer diferenças foi o principal empreendimento deste país".

O sonho americano, como lembrou a revista *The New Yorker*, era uma sociedade democrática e igual. Já o projeto brasileiro, segundo Florentino, era (e é?) uma sociedade de diferentes. Os poderosos precisavam (precisam?) ter quem se situe embaixo para se sentir mais poderosos e livres. O sonho democrático americano é embaralhado e atazanado pela existência dos escravos. Já o projeto brasileiro é por eles completado e viabilizado. O projeto brasileiro é arcaico e arcaizante, mas atenção: é exitoso.

Só que o êxito tem um preço. Uma parte desse preço é aquele medo que se apossou de Vassouras, depois da fuga da escravaria da Fazenda Freguesia, ou de Salvador e um pouco por toda parte no Império, depois da Revolta dos Malês, e que foi num crescendo, até que às vésperas da abolição era um sentimento generalizado. É simplismo pensar que somos iguais ao que fomos, mas, sem esquerdismos nem populismos, talvez não seja absurdo pensar que o medo é feito do mesmo material do que aquele que ocorre ao percorrer hoje uma rua do Rio de Janeiro, à noite.

Roberto Pompeu de Toledo. *Revista Veja*, ed. 1.444, 15/05/1996. Excerto adaptado.

#### Questão 01

De acordo com os sentidos construídos no texto I, a civilização brasileira caracteriza-se por:

- a) rememorar a opressão sofrida pelos povos africanos
- b) preservar os brasileiros de hoje idênticos aos do passado
- c) desvendar sucessos e desafios da nação ao longo do tempo
- d) buscar a construção de uma sociedade democrática e igualitária
- e) favorecer a diferenciação entre as elites e o restante da população

#### Questão 02

No texto, o principal tipo de evidência que o autor apresenta, para fundamentar a discussão proposta e sustentar seu ponto de vista, é:

- a) dado estatístico
- b) exemplo detalhado
- c) ilustração hipotética
- d) proposição saudosista
- e) argumento de autoridade

#### Questão 03

"Hoje, a maioria não se lembra da escravidão no Brasil senão **esporadicamente**, vagamente." (4º parágrafo). O advérbio em destaque deriva do adjetivo *esporádico* e, nesse contexto, **NÃO** pode assumir o significado daquilo que ocorre de modo:

- a) casual
- b) fortuito
- c) infrequente
- d) endêmico
- e) eventual

#### Questão 04

Da leitura do texto I, infere-se que, na "civilização brasileira", valores e interesses individuais desfavorecem a preservação de direitos sociais, pois:

- a) os menos favorecidos mantêm-se, como os escravos do passado, acomodados e submissos, sem questionar o projeto excludente da elite desalmada
- b) a antiguidade das famílias negras brasileiras gerou pretensões desmesuradas de propriedade, ultrapassando a capacidade de custeio pelos cofres públicos

- c) os remediados pagam segurança privada, escola particular para os filhos e plano de saúde para a família, assim não precisam exigir bons serviços públicos
- d) o tráfico foi o maior negócio brasileiro de importação até 1850, dando assim origem ao contrabando de gêneros variados e ao comércio de drogas ilícitas
- e) a sociedade vive um pesadelo, distante do projeto original de país construído por e para justiça, igualdade, liberdade, sem oprimidos nem opressores

#### Questão 05

A definição dicionarizada que **NÃO** corresponde a significado algum que a palavra assume no texto é:

- a) acomodado (4º parágrafo) – 1. tranquilo, sossegado, resignado  
2. ajustado a uma situação com a qual não concorda
- b) afortunados (1º e 4º parágrafos) – 1. felizes, venturosos, ditosos  
2. abençoados com abundância
- c) apossou (10º parágrafo) – 1. tomou posse de; 2. invadiu, dominou
- d) apropriada (9º parágrafo) – 1. tomada como propriedade; 2. apossada para si, apoderada
- e) atazanado (10º parágrafo) – *pop. V. atezado* – 1. apertado com tenaz; 2. *Fig.* torturado, mortificado

#### Questão 06

Em “faz com que nos **conheçamos** menos” (8º parágrafo), o verbo em destaque está flexionado no tempo presente do modo subjuntivo. No mesmo tempo do mesmo modo, deve-se conjugar o verbo entre parênteses para completar corretamente a frase:

- a) Faltam-nos memórias e documentos fidedignos em que nos \_\_\_\_ para avaliar com precisão o passado escravagista. (fundamentar)
- b) A Lei Eusébio de Queiróz já proibira, em 1850, que \_\_\_\_ o tráfico de escravos para o Brasil. (manter-se)
- c) Os conservadores sabiam que a escravidão estava condenada, embora \_\_\_\_ que essa decisão cabia ao governo. (alegar)
- d) Os fazendeiros exigiam que os escravos libertos lhes \_\_\_\_ obrigando-os a prestar serviços ao antigo senhor por mais três anos. (indenizar)
- e) A história do abolicionismo vinha de longe, pois \_\_\_\_ a 1611, em tentativa de abolição da escravidão indígena. (remontar)

#### Questão 07

“**Só que** o êxito tem um preço.” A expressão em destaque relaciona o último parágrafo, de que é frase inicial, ao anterior, demonstrando uma:

- a) conclusão
- b) explicação
- c) ressalva
- d) condição
- e) comparação

#### Questão 08

Como na frase: “Para os Estados Unidos, a escravidão é um espinho encravado na garganta.” (5º parágrafo), ao longo do texto, o autor explora o recurso expressivo da conotação. Fato que também se verifica em:

- a) “Um retrato do Brasil pode começar a emergir.”
- b) “Ao Brasil, os últimos negros chegaram em 1850...”
- c) “É simplismo pensar que somos iguais ao que fomos...”
- d) “Falar de legado da escravidão, hoje, no Brasil, é falar da pobreza.”
- e) “Os povos africanos não gostam de lembrar que também escravizaram...”

#### Questão 09

“A escravidão foi a base a partir **da qual** se fundou uma civilização...” O pronome relativo em destaque, em idêntica flexão e contraído à mesma preposição, preenche corretamente a lacuna em:

- a) A justiça social \_\_\_\_ se quer chegar demanda solidariedade.
- b) A educação crítica \_\_\_\_ tanto se fala é um direito inalienável.
- c) A mudança radical \_\_\_\_ esperamos depende de cada um de nós.
- d) A imparcialidade \_\_\_\_ coíbe decisões arbitrárias é difícil de assegurar.
- e) A igualdade \_\_\_\_ muitos confiam foi inspirada pela revolução francesa.

#### Questão 10

Em “os mais afortunados se acostumaram à noção de que os outros podem ser torturados” (1º parágrafo), o emprego do acento indicativo de crase está correto. O acento grave é, também, obrigatório no seguinte contexto:

- a) É preciso combater **a** impunidade dos empregadores que incidem nessa prática.
- b) É justo prever ações que propiciem **a** inclusão do negro na sociedade brasileira.
- c) A necessidade e circunstâncias ruins levam pessoas **a** aceitar empregos precários.
- d) A escravidão relaciona-se **a** imposições econômicas que desprezam direitos dos trabalhadores.
- e) Nem as leis puseram fim **a** escravidão, nem o Código Penal vem sendo suficiente para impedi-la.

#### Questão 11

As preposições contribuem para o significado das construções de que participam. Em “Mas pode ser útil, **para** entender o Brasil do presente, acompanhar o raciocínio...” (9º parágrafo), o valor semântico que a preposição em destaque assume é distinto daquele que possui no segmento:

- a) “...ter quem se situe embaixo **para** se sentir mais poderosos e livres.”
- b) “Ou, **para** usar uma palavra mais atual - e apropriada -, da exclusão...”
- c) “...lembrar que também escravizaram, **para** uso próprio e **para** exportação”
- d) “**Para** os Estados Unidos, a escravidão é um espinho encravado na garganta”
- e) “Comprar pessoas **para** estabelecer diferenças foi o principal empreendimento...”

#### Questão 12

Ao considerar as seguintes frases:

- I. A escravidão foi realidade que, de certa forma, degradou e assusta a sociedade.
- II. Os senhores de escravos, que eram precavidos, preservavam seus bens.
- III. Nenhum desses senhores, que eu saiba, alforriou escravo algum.

A supressão das vírgulas ocasionará alteração de sentido do enunciado em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

#### Questão 13

Com base no trecho “aos negros brasileiros, deveria caber mais do que **lhes** tem cabido, na sociedade brasileira” (7º parágrafo), o uso

do pronome em destaque **CONTRARIA** os preceitos relativos à escrita formal, ao preencher a lacuna da frase:

- a) Se agora dissesse que nada \_\_\_\_ falta, mentira.
- b) A seus filhos e amigos, fala-\_\_\_\_ sempre a verdade!
- c) Eles nunca \_\_\_\_ poderiam ter acusado desse delito.
- d) Remeti-\_\_\_\_ imediatamente os livros encomendados.
- e) Aqueles que \_\_\_\_ pediram suor e sangue obtiveram-nos.

#### Questão 14

As normas gramaticais de concordância verbal para o padrão formal da língua estão observadas na frase:

- a) Os Estados Unidos, até hoje, tenta superar a herança maldita da escravidão.
- b) O desprezo que direcionamos aos outros nos gastam e consomem a nós mesmos.
- c) Várias revoltas de escravos e acontecimentos desse tipo houveram no passado.
- d) Cada um dos membros de associações abolicionistas auxiliava os escravos a fugir ou os ocultava nas cidades.
- e) A inconsistência dos relatos vêm dificultando a apuração daquilo que, de fato, ocorreu.

#### Questão 15

“O sonho americano, como lembrou a revista *The New Yorker*, era uma sociedade democrática e igual.” (10º parágrafo). Preserva-se a relação de sentido existente entre os segmentos dessa frase em:

- a) O sonho americano era uma sociedade democrática e igual; tanto quanto lembrou a revista *The New Yorker*.
- b) Uma sociedade democrática e igual era o sonho americano; lembrou, portanto, a revista *The New Yorker*.
- c) Conforme a revista *The New Yorker* lembrou, o sonho americano era uma sociedade democrática e igual.
- d) O sonho americano, conquanto lembrou a revista *The New Yorker*, era uma sociedade democrática e igual
- e) Já que a revista *The New Yorker* lembrou, o sonho americano era uma sociedade democrática e igual.

Considere o texto II para responder às questões 16 a 20.

#### Texto II – Desigualdade

Retornando do exílio imposto pela ditadura militar, o professor Darcy Ribeiro caminhava pela Avenida Atlântica com uma amiga norueguesa. Sua amiga, no caminhar, observa: “Olha que homem bonito.” E o professor Darcy: “Onde?” Ela: “Ali.” Ele: “Cadê?” Ela: “Ali, bem na esquina”. Ele: “Não estou vendo...”

E então caiu a ficha: era o sorveteiro da Kibon. Corajosamente, ao contar essa história, Darcy Ribeiro retirava a verdade de debaixo das cobertas. Para um brasileiro da elite, mesmo sendo de esquerda, o sorveteiro não aparecia naturalmente na mente como um candidato a “homem bonito”.

Vivi uma história parecida que marcou para sempre, a ferro quente de afeto, minha alma. Era o réveillon da anistia, 1979. Meus pais resolveram receber muitos que retornavam do exílio e promover o “réveillon da anistia”.

Festa e muita alegria. Papai era um dedicado anfitrião e ficava de lá para cá conversando, contando piadas (bom nisso) e servindo. Basicamente uísque.

No dia seguinte, primeiro do ano, logo antes do almoço, meu pai me chama, sozinho, e me diz: “Senta aí que eu tenho algo sério e importante para te contar”. Segue a história, análoga à do professor Darcy Ribeiro.

A trabalhadora doméstica que estava ajudando era a Luísa, maranhense e já uma amiga. Faltando alguns minutos para a meia-noite, papai vai correndo à cozinha pegar gelo para os muitos scotches sendo bravamente consumidos. Luísa então o encontra e diz:

“Doutor Luís...”

E meu pai me conta de forma que lembro como se fosse ontem: “Eu então perguntei: ‘Que é Luísa, tá faltando alguma coisa?’ E os olhos dela encontraram os meus, um frio percorreu minha espinha e gelei. Entendi e me condenei. Abracei forte a Luísa e disse: ‘Feliz ano novo, muitas alegrias e muito obrigado por tudo’. Assim somos no Brasil. Meu filho, é preciso estar sempre atento para não sucumbir ao que nós somos e termos chance de mudar isso.”

Sérgio Besserman Vianna. In *O Globo*, 08/04/2018. Excerto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/desigualdade-22566534> Acesso 03/10/2019

#### Questão 16

Depreende-se no texto II o motivo que permite ao autor considerar a história contada por seu pai análoga à do professor Darcy Ribeiro. Trata-se do fato de que, em ambas:

- a) os narradores retornavam ao Brasil após o exílio imposto pela ditadura
- b) os personagens masculinos caminham de lá para cá conversando distraidamente
- c) os personagens femininos estão unidos por laços de amizade a homens com quem dialogam
- d) o cenário é a Avenida Atlântica, em Copacabana, seja num passeio diurno seja na queima de fogos do réveillon
- e) um dos personagens, repentinamente, percebe com clareza uma faceta incômoda de seu comportamento

#### Questão 17

Ao dar continuidade à frase “Olha que homem bonito.” (1º parágrafo), preservando a correção do enunciado segundo o padrão formal escrito da língua, obtém-se:

- a) Olha que homem bonito, é teu conhecido?
- b) Olha que homem bonito, tu lhe conheces?
- c) Olha que homem bonito, é seu conhecido?
- d) Olha que homem bonito, ele lhe conhece?
- e) Olha que homem bonito, você o conhece?

#### Questão 18

No texto, a expressão “Doutor Luís...” (penúltimo parágrafo) cumpre função vocativa, assim como a forma de tratamento em destaque na frase:

- a) **Senhor ministro**, não permita que reduzam a abrangência definida para punição aos escravagistas.
- b) O **prezado colega**, embora negue a existência da escravidão, sabe de homens, mulheres e crianças que sofrem suas consequências.
- c) **Sua Santidade**, Papa Francisco, tem repetido que “A escravidão não é algo de outros tempos”.
- d) **Você** parece desconhecer que, para a Organização Internacional do Trabalho, a vulnerabilidade econômica é a principal causa da **escravidão moderna**.
- e) A **senhora** Audrey Azoulay, diretora-geral da Unesco, ressaltou ser necessário honrar a memória daqueles que abriram caminho para o fim da escravidão.

#### Questão 19

Altera-se o raciocínio lógico desenvolvido na frase “Para um brasileiro da elite, mesmo sendo de esquerda, o sorveteiro não aparecia naturalmente na mente como um candidato a ‘homem bonito’.” (2º parágrafo), ao reescrevê-la da seguinte forma:

- a) Um brasileiro da elite, embora de esquerda, não pensava naturalmente no sorveteiro como um candidato a ‘homem bonito’.

- b) Um candidato a 'homem bonito', para um brasileiro da elite, contanto que fosse de esquerda, não seria naturalmente o sorveteiro.
- c) O sorveteiro não parecia naturalmente um candidato a 'homem bonito' para um brasileiro da elite, por mais que fosse de esquerda.
- d) À mente de um brasileiro da elite, se bem que fosse de esquerda, não vinha naturalmente o sorveteiro como um candidato a 'homem bonito'.
- e) Por muito de esquerda que fosse um brasileiro da elite, o sorveteiro não surgiria naturalmente em sua mente como um 'candidato a 'homem bonito'.

#### Questão 20

"E então caiu a ficha: era o sorveteiro da Kibon." (2º parágrafo). Os dois-pontos, nesse contexto, são empregados para:

- a) detalhar enumeração inconclusa, emocional
- b) indicar interrupção ou quebra da sequência de ideias
- c) introduzir transcrição do discurso alheio, como citação
- d) delimitar comentário ou informação, a título de esclarecimento
- e) marcar suspensão provocada por hesitação, dúvida ou timidez

### DIREITO CONSTITUCIONAL – 20 QUESTÕES

#### Questão 21

O Poder de Tributar foi distribuído entre as pessoas políticas em conformidade com o princípio do federalismo, sendo certo que a atribuição da competência tributária é fixada de modo a permitir que cada ente político institua e cobre tributos dentro da esfera constitucionalmente delimitada. Sobre o tema competência tributária é correto afirmar que:

- a) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem impostos, taxas, contribuição de melhorias e contribuição para custeio de iluminação pública, tendo esta última sido introduzida pela Emenda Constitucional nº 39 de 2002
- b) compete à União instituir, mediante Lei Ordinária, impostos não previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na própria Constituição
- c) a União, mediante Lei Complementar, poderá instituir Empréstimos Compulsórios, espécie tributária, que assim como os impostos, não permite a vinculação de sua receita em respeito ao princípio da não afetação
- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União
- e) a competência da União para a instituição das contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas é concorrente

#### Questão 22

Tito, proprietário de um imóvel residencial no hipotético Município de Morro Azul, observou sensível majoração do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao receber o carnê anual enviado pela Secretária de Fazenda daquele Município. Em relação ao aludido acréscimo pode-se afirmar que:

- a) a majoração mediante aumento de alíquota e base de cálculo pode ser realizada através de ato normativo do poder executivo

- b) a majoração somente poderá ser exigida a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao ato de publicação da lei, fato que decorre do princípio da anterioridade nonagesimal
- c) a atualização anual da base de cálculo, mesmo que em conformidade com o índice oficial de correção monetária, tem que ser realizada mediante lei em razão da estrita legalidade
- d) a majoração do IPTU pode ocorrer no mesmo exercício financeiro em que a lei foi publicada, sendo tal caso exceção ao princípio da anterioridade
- e) a anterioridade nonagesimal não se aplica à fixação da base de cálculo do IPTU

#### Questão 23

Os princípios tributários são limitações constitucionais ao poder de tributar e muitas vezes ostentam o caráter de verdadeiras garantias constitucionais do contribuinte contra a força tributária do Estado. Quanto aos princípios tributários, analise as assertivas:

- I - na forma da CRFB/1988 todos os impostos somente poderão ter suas alíquotas modificadas por lei, estando tal premissa em total conformidade com o princípio da legalidade tributária
- II - a CRFB/1988 veda expressamente a edição de medida provisória em matéria tributária em razão do princípio da legalidade em sentido estrito
- III - o princípio da anterioridade tributária guarda pertinência com a não surpresa do contribuinte
- IV - o Imposto sobre Importação (II), o Imposto sobre Exportação (IE), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto Extraordinário de Guerra (IEG) são alguns dos tributos que não se submetem à anterioridade nonagesimal
- V - são exceções aos princípios da legalidade, da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal o Imposto sobre Importação (II), o Imposto sobre Exportação (IE) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

São verdadeiras as seguintes afirmativas:

- a) III, IV e V
- b) III e V
- c) I, III e IV
- d) I, II, III e V
- e) III e IV

#### Questão 24

O Governador de um dos Estados da Federação encaminhou proposta de Lei Orçamentária anual fixando despesas que ultrapassavam as receitas previstas para o exercício financeiro correspondente. Junto com a proposta de Lei Orçamentária foi enviada mensagem legislativa na qual o Governador defendia a medida com base na terrível crise financeira enfrentada pelo seu Estado. Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral do Estado em questão emitiu parecer alertando que a medida do Governador ofendia princípio orçamentário. Diante do contexto, o princípio orçamentário violado foi:

- a) especificação
- b) anualidade/periodicidade
- c) equilíbrio
- d) orçamento bruto
- e) legalidade

#### Questão 25

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Segundo a citada Lei:

- a) tributo é a receita originária instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades
- b) as contas do Poder Executivo serão submetidas ao Tribunal de Contas, com parecer prévio da Procuradoria Geral ou órgão de consultoria equivalente
- c) é vedado aos Municípios, no último quadrimestre do mandato do Prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito
- d) os créditos adicionais classificam-se em suplementares (os destinados a reforço de dotação orçamentária), especiais (os destinados a despesas que tenham dotação orçamentária específica) e extraordinários (os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública)
- e) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa

#### **Questão 26**

A responsabilidade na gestão fiscal, segundo a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Diante do contexto destacado:

- a) a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado
- b) a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício e deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano
- c) a renúncia de receitas, nos termos da LRF, é vedada em qualquer caso, sendo requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação
- d) é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido no último ano do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF
- e) é vedado ao titular de Poder, no último quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito

#### **Questão 27**

No que diz respeito ao conceito de orçamento-programa, é INCORRETO afirmar que:

- a) uma das vantagens do orçamento-programa é a possibilidade de se conjugar o orçamento ao planejamento governamental
- b) o orçamento deve ser estruturado em programas de forma a guiar as ações do governo para o alcance dos seus objetivos, por isso na elaboração do orçamento-programa são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício
- c) foi introduzido pela CRFB/1988 e pormenoriza a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte

- d) prioriza as metas, os objetivos e as intenções do Governo, tendo como preocupação básica a identificação dos custos dos programas propostos para alcançar os objetivos pretendidos
- e) o orçamento programa é a técnica orçamentária que promove uma integração entre planejamento e orçamento, logo está intimamente ligado aos objetivos que o governo pretende alcançar

#### **Questão 28**

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. São princípios da seguridade social, EXCETO:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento
- b) revisão integral com vistas à manutenção do valor real do benefício
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios
- e) equidade na forma de participação no custeio

#### **Questão 29**

Ressalvados os casos previstos na CRFB/1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Nesse sentido, afirma-se que:

- a) as empresas públicas e as sociedades de economia mista somente poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado
- b) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, restringirá os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros
- c) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e para o setor privado
- d) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, indiretamente e sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos
- e) constituem monopólio da União, entre outros, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, podendo contratar com empresas estatais ou privadas a realização da referida atividade

#### **Questão 30**

“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meios de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica” é o que estabelece o art. 2º da Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu (LOM). Com base na LOM é INCORRETO afirmar que:

- a) o Prefeito poderá delegar suas atribuições de natureza administrativa mediante decreto
- b) é vedado ao Prefeito ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta lei, sem comunicar ou obter licença da Câmara Municipal
- c) nos crimes comuns, nos de responsabilidade e nas infrações político-administrativas, é facultado à Câmara Municipal, uma vez recebida a respectiva denúncia pela autoridade competente, suspender o mandato do Vereador, do Presidente da Casa ou do Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros
- d) fica isento de IPTU todos os imóveis de propriedade de ex-combatentes dentro do Município de Nova Iguaçu
- e) a representação judicial do Município é exercida pelos Procuradores do Município, membros da Procuradoria-Geral, órgão essencial à atividade administrativa, com funções, como

### Questão 31

A respeito do controle de constitucionalidade brasileiro, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas:

( ) a Associação Municipal de Procuradores do Município possui legitimidade ativa para propositura de ação direta de inconstitucionalidade por omissão perante o Supremo Tribunal Federal (STF)

( ) o STF não reconhece o princípio da fungibilidade entre Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) quando houver dúvida razoável

( ) se determinada Lei "X" do Estado do Rio de Janeiro for objeto de Representação de Inconstitucionalidade perante o tribunal de justiça e, simultaneamente, também for objeto de ADI no STF, pode-se afirmar que se o STF declarar constitucional a Lei "X" perante a Constituição Federal, o Tribunal de Justiça não poderá prosseguir no julgamento da representação utilizando como parâmetro a Constituição Estadual

( ) deverá ser observada a cláusula de reserva de plenário quando órgão fracionário de tribunal aplicar a técnica de interpretação conforme a constituição

( ) no controle difuso, os efeitos são, em regra, ex tunc e inter partes

Assinale a sequência correta:

- a) F, F, F, F, V
- b) V, F, V, F, V
- c) V, F, F, V, V
- d) F, V, V, F, F
- e) F, V, F, V, F

### Questão 32

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, analise com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas:

( ) à aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares dá-se o nome de eficácia horizontal dos direitos fundamentais

( ) não viola as garantias do devido processo legal e da ampla defesa a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo

( ) é lícito, por meio de decisão judicial, o ingresso de agentes públicos em universidades públicas e privadas, com vistas ao recolhimento de documentos, interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes universitários e a coleta de depoimentos desses cidadãos pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento

( ) o direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias

( ) é lícita a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas

A sequência correta é:

- a) V, F, F, V, F
- b) V, F, V, F, F
- c) F, F, V, V, F
- d) V, V, V, F, V
- e) F, V, F, V, V

### Questão 33

Em relação ao Federalismo Brasileiro e a Repartição de Competências, é correto afirmar que:

- a) são características essenciais do atual Estado Federal Brasileiro: a descentralização política, a soberania do ente federal, a auto-organização dos estados-membros, a Constituição como base jurídica e o direito de secessão
- b) a lei federal que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos policiais militares estaduais e que visa proteger o direito à vida não ofende a autonomia estadual
- c) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar
- d) em defesa do consumidor, é constitucional a lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde
- e) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, econômico, agrário e urbanístico

### Questão 34

Nos termos da Constituição da República, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). São competências do TCU, EXCETO:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município
- e) sustar, se não atendido, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

### Questão 35

No que tange ao Poder Judiciário, tendo vista as previsões constitucionais sobre as competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que compete ao:

- a) STF processar e julgar originariamente as ações diretas de inconstitucionalidade e de constitucionalidade (ADI e ADC) de leis e atos normativos federais e estaduais
- b) STF julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País
- c) STJ processar e julgar originariamente os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União

- d) STJ processar e julgar originariamente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas ou do Tribunal de Contas da União
- e) STJ julgar, em recurso ordinário, o crime político

#### **Questão 36**

O processo legislativo previsto na CRFB/1988 compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada à lei complementar
- b) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura
- c) é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre matéria tributária, orçamentária e serviços públicos
- d) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de noventa dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional
- e) o veto presidencial será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria relativa dos Deputados e Senadores

#### **Questão 37**

Em relação à Administração Pública, nos termos da jurisprudência do STF, é INCORRETO afirmar que:

- a) a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição
- b) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial
- c) os requisitos do edital para o ingresso em cargo, emprego ou função pública devem ter por fundamento lei em sentido formal e material, não podendo estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais
- d) a Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do poder público
- e) para fins de redução de gastos com pessoal, objetivando adequação aos limites legais e constitucionais de despesa, é possível que a Administração Pública retenha o salário de servidor mediante autorização judicial

#### **Questão 38**

Em relação a atividade financeira dos entes federativos prevista na Constituição Federal e na LRF, é INCORRETO afirmar que:

- a) lei complementar disporá sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- b) (B) entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, decorrentes de previsão constitucional ou legal
- c) (C) leis de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais
- d) (D) a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado
- e) (E) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa serão acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias

#### **Questão 39**

Em relação ao Poder Executivo, ao Presidente, suas atribuições e responsabilidades, afirma-se que:

- a) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a (30) trinta dias, sob pena de perda do cargo
- b) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal
- c) compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto sobre extinção de órgãos públicos
- d) os crimes de responsabilidade do Presidente da República serão processados e julgados perante o Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados por dois terços de seus membros
- e) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Juizes dos Tribunais Regionais Federais e os Desembargadores dos Tribunais de Justiça

#### **Questão 40**

Sobre o Poder Legislativo, suas competências e membros, pode-se afirmar que:

- a) compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- b) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar o Presidente da República, Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada
- c) compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
- d) os vereadores, membros do Poder Legislativo Municipal, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos da mesma forma



que os deputados federais e estaduais, por força do princípio federativo da simetria entre os entes políticos

- e) compete ao Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios

## DIREITO ADMINISTRATIVO – 20 QUESTÕES

### Questão 41

Dentre as previsões normativas ou interpretações jurisprudenciais que possuem relação com algum princípio constitucional do Direito Administrativo, é possível afirmar que aquela que mais se relaciona com o princípio da impessoalidade é:

- a) a recente Medida Provisória nº 869/2019, atualmente questionada no STF, que alterou a legislação para suprimir a obrigação de os entes públicos veicularem avisos referentes a licitações em jornais de grande circulação
- b) a previsão do art. 100 da CRFB/1988, segundo a qual os pagamentos devidos pela Fazenda Pública serão feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim
- c) a súmula vinculante 13 do STF, referente ao nepotismo, que consolida o entendimento de que ofende a Constituição Federal a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou função gratificada na Administração Direta ou Indireta
- d) o *habeas data*, previsto no art. 5º, LXXII, cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público
- e) a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, assegurando o acesso à informação de interesse particular do requerente ou de interesse coletivo ou geral, a serem prestadas no prazo da lei

### Questão 42

O estabelecimento Z possui licença de funcionamento do Município de Nova Iguaçu para o exercício de atividades de papelaria e comércio afim. Em atividade regular de fiscalização, a Secretaria Municipal de Fazenda constatou que no local funcionava um estacionamento de veículos. Diante da incompatibilidade entre a licença deferida e a atividade efetivamente exercida, os agentes fiscais do Município devem:

- a) retornar à repartição sem adotar nenhuma providência, uma vez que cabe à autoridade superior, que deferiu a licença, revê-la, se for o caso
- b) interditar sumariamente o estabelecimento por falta de alvará
- c) conceder prazo para requerer nova licença, compatível com a atividade em execução
- d) oficiar à Polícia Militar para autorizar a interdição do estabelecimento
- e) notificar o responsável para que apresente a documentação que comprove a regularidade da atividade exercida, sob pena de ser iniciado processo administrativo para cassação do alvará e interdição do estabelecimento

### Questão 43

O Prefeito do Município Y deseja criar empresa pública para a execução descentralizada dos serviços de limpeza urbana no Município, que atualmente estão sob a titularidade do ente público e são contratados a terceiros, mediante licitação. Com respeito ao

processo de criação e funcionamento da referida empresa pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública
- b) a empresa pública deverá necessariamente adotar a forma de sociedade anônima
- c) a empresa pública municipal integrará a Administração Indireta do Município
- d) a empresa pública terá personalidade jurídica de direito privado
- e) seu pessoal será contratado mediante concurso público

### Questão 44

A Secretaria de Educação de um Município da região metropolitana do Rio de Janeiro inicia programa de revitalização das escolas municipais, que abrange, dentre outras medidas, a reforma das instalações físicas, a qualificação de professores e a oferta de atividades extras para os alunos no contraturno escolar. Com respeito às obras, se constatou que todas as 50 (cinquenta) escolas necessitavam de reformas, que foram estimadas, no total, em R\$ 5.000.000,00. Por medida de celeridade, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) resolveu realizar 10 (dez) tomadas de preços, sendo cada uma para abarcar 5 (cinco) escolas, prevendo a adjudicação dos serviços à mesma licitante em cada um dos certames (julgamento global). O procedimento idealizado pela CPL está:

- a) correto, posto que havia disponibilidade orçamentária para a contratação da integralidade das obras
- b) correto, uma vez que o princípio da razoabilidade impõe que o Administrador adote a solução que melhor atenda ao interesse público
- c) incorreto, pois configura fracionamento de despesa, na medida em que o valor total da contratação impunha a realização de concorrência pública
- d) incorreto, dado que deveria ser realizada uma tomada de preços para cada escola
- e) correto, dado que não há obrigatoriedade legal de reunião de todos os objetos em uma só licitação

### Questão 45

O Município de Macedo realizou concorrência pública para a contratação de serviços de manutenção de impressoras. A abertura do pregão ocorreu no dia 10/01/2018, sendo o certame homologado em 20/04/2018, apontando como vencedora a empresa High Tech Informática Ltda. Convocada para a assinatura do contrato, a referida empresa declinou, informando que não poderia manter os preços cotados na concorrência pública em virtude da elevação do custo com as peças de reposição. A Secretaria interessada formula consulta à Procuradoria Geral do Município, indagando se está correta a atitude da empresa vencedora. A Procuradoria conclui que:

- a) não deve ser aceita a manifestação da vencedora, posto que, ao apresentar proposta para o certame, assumiu compromisso perante a Administração
- b) questões comerciais entre a proponente e seus fornecedores não são oponíveis à Administração, de maneira que a recusa é ilegítima
- c) não há o que opor à negativa da vencedora, uma vez que a convocação não se deu no prazo de validade da proposta
- d) não deve ser aceita a recusa do fornecedor, pois a homologação se deu em prazo razoável, considerando os procedimentos exigidos pela lei, como interposição e resposta a recursos, análises técnicas, dentre outros
- e) a empresa está correta, pois a liberdade de contratar vigora também no âmbito das contratações públicas

#### **Questão 46**

No dia 18/10/2019 ocorreu uma pane elétrica nos sinais de trânsito (semáforos) do bairro Ouro Negro, no Município de Serra Imperial. Foram convocados agentes de controle de tráfego para orientar os motoristas, enquanto o sistema era consertado. Vendo o caos que se instalou no horário de maior movimento, por volta das 18 horas, João das Couves, conhecido lavador de carros que atua no local, resolveu auxiliar os agentes, colocando um colete luminoso de que já dispunha e assumindo a orientação do tráfego no cruzamento das ruas Manuel de Figueiroa e Abílio Rodrigues. Já tendo caído a noite, uma motorista que vinha pela primeira das ruas citadas obedeceu à ordem de “siga” dada por João das Couves, vindo a colidir com outro veículo, que trafegava em sentido perpendicular pela Rua Abílio Rodrigues, causando danos a ambos os veículos. Considerando os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) João das Couves funcionou no caso como agente público necessário
- b) João das Couves atuou como agente público putativo
- c) João das Couves usurpou função pública, não podendo ser confundido com um agente de fato
- d) o Município pode ser responsabilizado pelo fato, pois não coibiu a atuação de João das Couves
- e) cabia à motorista atentar para o fato de que João das Couves não utilizava uniforme de agente de controle de tráfego, mas apenas colete, não devendo obedecer à ordem dada

#### **Questão 47**

Em meio à grave crise financeira que afeta os Municípios, o Prefeito de Velha Laranja resolve alienar alguns bens públicos imóveis que não estão sendo utilizados, para capitalizar o Tesouro Municipal e honrar o pagamento do décimo terceiro salário dos servidores municipais. A ordem correta dos atos necessários para a concretização da alienação é:

- a) justificativa para a alienação – publicação de lei – avaliação – licitação por leilão
- b) publicação de lei – elaboração de justificativa – avaliação – licitação por concorrência pública
- c) avaliação – publicação de lei – elaboração de justificativa – licitação por pregão
- d) publicação de lei – avaliação – elaboração de justificativa – licitação por leilão
- e) elaboração de justificativa – publicação de lei – avaliação – licitação por concorrência pública

#### **Questão 48**

O Tribunal de Contas do Estado constatou que no ano de 2016 o Município de Agra havia extrapolado os limites da Lei Complementar nº 101/2000 para gastos com pessoal e notificou o Prefeito para que procedesse às necessárias adequações. A assessoria do Prefeito propôs como medida imediata a revogação de lei que havia instituído gratificação por produtividade, paga desde 2000 em valor fixo e indistinto a todos os servidores municipais. A medida proposta:

- a) é adequada e não suscita violação a direito adquirido, já que a gratificação, por sua natureza, não se incorpora à remuneração dos servidores
- b) reflete medida prevista no art. 169, § 3º da Constituição da República para o cumprimento dos limites estabelecidos para gastos com pessoal
- c) por importar em supressão de benefício antes concedido aos servidores, deve ser objeto de ampla discussão com o sindicato representativo da categoria
- d) não deve ser adotada, uma vez que importaria em violação à regra constitucional da irredutibilidade de vencimento dos servidores públicos

- e) é apenas a primeira das que devem ser adotadas para a recondução do Município aos limites previstos na Constituição para gastos com pessoal

#### **Questão 49**

Através de licitação na modalidade concorrência pública, com critério de julgamento maior oferta de pagamento pela outorga, o Município X firmou contrato de concessão de determinado serviço público, com base na Lei nº 8.987/95. O ente público cumpriu regularmente com todas as suas obrigações ao longo do contrato. Contudo, o concessionário praticou reiterados e graves inadimplementos contratuais. Diante desse cenário, é possível afirmar que:

- a) independentemente do inadimplemento do concessionário, deverá haver a anulação da licitação em virtude da utilização ilegal da modalidade concorrência ao invés do pregão
- b) independentemente do inadimplemento do concessionário, deverá haver a anulação da licitação em virtude da adoção de critério de julgamento não previsto na Lei nº 8.987/95
- c) o Município deve realizar a encampação, que possui natureza sancionatória, sendo a extinção antecipada da concessão por inexecução total do contrato
- d) a inexecução do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais
- e) extinta a concessão, os bens, direitos e privilégios transferidos ao concessionário serão necessariamente incorporados ao patrimônio do particular

#### **Questão 50**

Buscando conjugar esforços para melhorar o serviço público de saúde, cinco municípios de uma determinada região metropolitana resolvem constituir um consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. Considerando o consórcio público em questão e os termos da Lei nº 11.107/2005, é possível afirmar que:

- a) a União pode fazer parte, independentemente da participação dos Estados em cujos territórios estejam situados os referidos municípios
- b) o instrumento adequado para os entes consorciados entregarem recursos ao consórcio público é o contrato de programa
- c) a União poderá celebrar convênio com o consórcio público se este atender às exigências legais de regularidade, mesmo que um dos municípios consorciados tenha pendências
- d) não há necessidade de autorização legislativa para a sua celebração
- e) possuirá necessariamente personalidade jurídica de direito público

#### **Questão 51**

O Município é proprietário de um imóvel constituído por um terreno vazio, ao qual não foi dada nenhuma destinação. Contudo, em 2019, servidores municipais verificaram que um particular realizou uma edificação, passando a habitar o local. Conforme levantamento feito, constatou-se que o particular ocupa o imóvel desde 2008. Nesse caso, é correto afirmar que o imóvel:

- a) poderá ser usucapido pelo particular, em atenção à função social da propriedade
- b) constitui bem público de uso especial e, como tal, não poderá ser usucapido
- c) constitui bem dominical, razão pela qual é alienável, penhorável e passível de usucapião
- d) mesmo ocioso, não poderá ser usucapido, tendo em vista a imprescritibilidade dos bens públicos
- e) não poderá ser usucapido pelo particular, diante da não onerabilidade dos bens públicos

### Questão 52

Um motorista trafegava regularmente pela rua com um veículo oficial do Município, no exercício de suas atribuições, quando uma pessoa deliberadamente se atirou na frente do carro, tendo escoriações leves. Transcorridos pouco mais de 2 (dois) anos desde o incidente, essa mesma pessoa ajuizou uma ação de indenização por danos materiais e morais em face do Município. Considerando-se a responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública, é possível afirmar que:

- a) não há matéria de defesa passível de ser alegada, pois, de acordo com o entendimento doutrinário predominante, o art. 37, § 6º, da CRFB/1988 consagrou a teoria do risco integral
- b) como as escoriações foram leves, não há que se falar em responsabilização do ente público, que apenas se dá em situações de grande gravidade
- c) a hipótese atrai a aplicação da teoria da culpa anônima (falha do serviço), bastando que a vítima comprove que o serviço público não funcionou de maneira adequada para que haja a responsabilidade
- d) o Município poderá alegar em juízo a culpa exclusiva da vítima, que é uma das excludentes do nexo causal, aplicável na teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público
- e) a pretensão está prescrita, conforme entendimento consolidado dos Tribunais Superiores

### Questão 53

Um motorista do quadro de servidores públicos do Município dirigia um carro da frota oficial, levando autoridades municipais para uma reunião em determinada Secretaria. No caminho, o motorista resolveu digitar mensagens em um aplicativo de celular e acabou provocando uma colisão do veículo do Município contra o carro de João, que se encontrava estacionado em local permitido, causando diversos danos materiais. Conforme o entendimento recentemente consolidado pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral, ao constatar o prejuízo em seu carro, João:

- a) deverá ajuizar ação por danos diretamente em face do servidor público que conduzia o veículo, pois este agiu com imprudência
- b) deverá ajuizar a ação por danos em face do Município, que terá assegurado o direito de regresso contra o motorista
- c) poderá optar por ajuizar a ação por danos em face do Município ou do servidor público que conduzia o veículo
- d) deverá propor a ação, necessariamente, em face do Município e do servidor público
- e) deverá ajuizar a ação apenas em face do Município, não cabendo a este buscar qualquer ressarcimento, pois seus servidores públicos o representam em seus atos

### Questão 54

Os fiscais de determinado Município constataram que certo imóvel particular foi edificado parcialmente sobre a via pública, o que configuraria uma infração à ordem urbanística. Diante disso, o proprietário foi notificado e, por ter ficado inerte, foi aplicada multa, conforme processo administrativo autuado pelos próprios servidores municipais. Sobre esse processo administrativo é possível afirmar que:

- a) ilustra como todos os processos administrativos são sempre contenciosos, marcados necessariamente pela contraposição de interesses
- b) não haverá necessidade de se observar o princípio do devido processo legal, já que o art. 5º, LIV, da CRFB/1988 é restrito aos processos judiciais
- c) o ente público não poderia ter instaurado e impulsionado o processo administrativo de ofício, em razão do princípio da inércia
- d) se o particular não se defender e/ou recorrer, a autuação deverá ser mantida mesmo que os servidores municipais constatem, de

- e) o escritório, que houve um equívoco e que o imóvel foi edificado dentro dos limites e de acordo com a legislação municipal
- e) conforme entendimento do STF, o ente público não poderá exigir depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de eventual recurso administrativo

### Questão 55

Em 06/09/2017, foi publicada em jornal a notícia de que o pregão nº 08/2016, cujo objeto era o fornecimento de merenda para as escolas do Município de Imaginópolis, havia sido alvo de conluio. Segundo a notícia, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) transmitiu informações sigilosas para a empresa vencedora, facilitando a elaboração de sua proposta, para que ela vencesse o pregão em troca da obtenção de vantagem econômica. Com isto, os preços foram superfaturados, causando prejuízo ao Município. Com base no que dispõe a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa):

- a) a conduta do Presidente da CPL não ofendeu diretamente nenhum princípio da Administração Pública
- b) as disposições da referida lei são aplicáveis apenas aos servidores públicos, não podendo ser ajuizada a ação em face da empresa envolvida
- c) reputa-se agente público, para os fins da referida lei, apenas aquele que exerça cargo ou função em caráter permanente na Administração Pública
- d) caberá ajuizar ação de improbidade administrativa em face dos servidores e da empresa, envolvidos na fraude
- e) ocorrendo lesão ao patrimônio público não ocorrerá o integral ressarcimento ao erário

### Questão 56

Com base na sua Lei Orgânica (Lei Complementar nº 12/2005), são competências da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu as listadas a seguir, EXCETO:

- a) privativamente, promover a inscrição da dívida ativa do Município, bem como proceder à sua cobrança judicial e extrajudicial
- b) instaurar inquéritos civis para a propositura de ações civis públicas, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, podendo acompanhá-los
- c) privativamente o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive em relação às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos
- d) oficiar obrigatoriamente no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo
- e) orientar a administração acerca da forma de cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do Prefeito, opinar acerca dos pedidos de extensão de julgados, relacionados com a administração municipal

### Questão 57

Sobre os regimes jurídicos funcionais, é correto afirmar que:

- a) o regime estatutário é próprio das pessoas de direito público e dos respectivos órgãos públicos, havendo um regramento único nacional
- b) o regime estatutário é aplicável para as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no art. 37, IX, da CRFB/1988
- c) o regime trabalhista é aplicável aos agentes públicos que ocupam empregos públicos nas entidades com personalidade jurídica de direito privado da Administração Pública Indireta
- d) o regime trabalhista é de natureza contratual, dispensando a realização de concurso público para ingresso nos quadros

- e) a Justiça do Trabalho é competente para julgar as demandas envolvendo tanto os servidores estatutários, quanto os empregados públicos

#### **Questão 58**

O Município X contratou uma sociedade empresária prestadora de serviços de limpeza e conservação para atender às escolas da rede pública de ensino. Ocorre que a contratada passou a ter sérios problemas financeiros, atrasando o cumprimento de obrigações trabalhistas. Receoso de contribuir para o agravamento da situação financeira da contratada, o Município X não adotou providências para exigir o cumprimento das obrigações trabalhistas. Ao final de alguns meses, a contratada se tornou inadimplente em relação aos salários e às verbas rescisórias de seus empregados. Considerando-se esse cenário, analise as seguintes assertivas:

I - o Município poderá responder subsidiariamente pelas obrigações daqueles trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços, pois tinha que ter fiscalizado a execução do contrato

II – a inércia do Município na fiscalização enseja sua responsabilização solidária pelas verbas trabalhistas atinentes ao contrato

III - o Município poderá ser responsabilizado subsidiariamente pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas, mesmo que não tenha participado da relação processual e que não conste também do título executivo judicial

IV – caso se constate que a contratação foi irregular, os trabalhadores da sociedade empresária poderão pleitear o reconhecimento de vínculo contratual de emprego diretamente com o Município

Sobre as assertivas afirma-se que:

- a) apenas I está correta
- b) apenas II está correta
- c) I e III estão corretas
- d) II e IV estão corretas
- e) I, III e IV estão corretas

#### **Questão 59**

João é engenheiro de um órgão público do Poder Executivo municipal. Após anos desempenhando suas funções, atingiu o teto remuneratório previsto na Constituição da República. Contudo, João foi aprovado para o cargo de professor de uma universidade federal. Considerando esse cenário e a jurisprudência consolidada do STF:

- a) a remuneração de João pelo cargo de engenheiro deve observar o limite do subsídio dos Ministros do STF
- b) a remuneração máxima de João pelo cargo de engenheiro deve observar o limite do subsídio do Governador do Estado
- c) mesmo que seja possível compatibilizar os horários entre os dois cargos, João terá que optar por um dos dois, diante da vedação constitucional à acumulação remunerada de cargos públicos
- d) se houver compatibilidade de horários, João poderá desempenhar a função de professor, mas não será remunerado por isso, já que já atingiu o teto remuneratório para o cargo de engenheiro
- e) se houver compatibilidade de horários, João poderá assumir o cargo de professor e ser remunerado por isso, pois o limite remuneratório constitucional pressupõe a consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto quanto ao somatório dos ganhos do agente público

#### **Questão 60**

O Município X realizou procedimento licitatório para a contratação de obra necessária para o atendimento do interesse público. Após as etapas de habilitação, julgamento e a classificação das propostas, foi expedido ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação para o vencedor, por parte do Subsecretário Municipal de Obras. Contudo, após a publicação do ato, constatou-se que, pela legislação

municipal, a autoridade competente para homologação e adjudicação seria o Secretário Municipal de Obras. Diante disso:

- a) o procedimento licitatório está eivado de nulidade insanável, devendo ser anulado pelo Secretário Municipal de Obras
- b) a licitação deverá ser revogada, por ausência de conveniência e oportunidade
- c) houve a caducidade do ato administrativo de homologação e adjudicação, com a ilegalidade superveniente
- d) por se tratar de contratação de interesse público, a contratação poderá ser formalizada normalmente
- e) é possível a convalidação do ato administrativo de homologação e adjudicação, mediante a ratificação pela autoridade competente

### DIREITO CIVIL E PROCESSUAL – 20 QUESTÕES

#### **Questão 61**

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa. Desse modo, é correto afirmar que o referido dispositivo consagra os princípios de:

- a) proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e cooperação processual
- b) boa-fé subjetiva processual, isonomia processual e impulso oficial
- c) impulso oficial, contraditório, legalidade e eticidade nas relações processuais
- d) razoável duração do processo, primazia das decisões de mérito e efetividade
- e) estímulo à resolução consensual de conflitos e cooperação processual das partes inafastabilidade da jurisdição

#### **Questão 62**

No que diz respeito às prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo e à disciplina do tema no CPC/2015, afirma-se que:

- a) para a Advocacia Pública, a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico
- b) as autarquias e fundações de direito público dos respectivos entes federados se submetem, nas suas manifestações processuais, aos mesmos prazos das partes em geral
- c) o prazo para oposição de embargos de declaração será de 5 (cinco) dias, contados da intimação pessoal do Procurador responsável pelo respectivo acervo
- d) é aplicável o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público
- e) o prazo para recorrer será contado em dobro, e o para contestar, em quádruplo, exceto nos procedimentos especiais

#### **Questão 63**

Determinado contribuinte residente no município de Nova Iguaçu não realizou o pagamento de IPTU no prazo legal e foi inscrito na dívida ativa do município. Em virtude do não pagamento do imposto, o município pretende acionar judicialmente esse contribuinte inadimplente. Diante dessa situação, e, considerando as disposições da Lei nº 6.830/90 e do CPC/2015, afirma-se que:

- a) na hipótese de ser ajuizada a ação, haverá obrigatoriedade de participação do Ministério Público no processo como fiscal da ordem jurídica
- b) em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o

- executado não poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública
- c) o Ministério Público poderá exercer a representação judicial do município, caso esse ente federativo não possua órgão oficial próprio de representação
- d) para recuperar seu crédito representado por certidão de dívida ativa, o município deverá propor ação de conhecimento, com pedido condenatório, no domicílio do réu, que deverá apresentar sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias
- e) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário

#### Questão 64

Com relação ao tema “execução fiscal” e, considerando as disposições previstas na Lei nº 6.830/80, é correto afirmar que:

- a) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de liquidez
- b) o valor da causa será o valor original da dívida constante na certidão, não incluídos os valores de correção monetária, juros de mora e demais acréscimos legais
- c) a petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento, exceto se preparado por processo eletrônico
- d) na petição inicial deve a Fazenda Pública fazer requerimento expresso e já indicar qual o tipo de prova a ser produzido, sob pena de indeferimento de produção de prova posterior
- e) não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis

#### Questão 65

De acordo com a disciplina da Lei nº 6.830/80 a respeito das execuções fiscais, analise como Verdadeira (V) ou Falsa (F) as assertivas abaixo:

I- A execução fiscal poderá ser promovida contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa, o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado; e os sucessores a qualquer título

II- Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes

III- O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução

IV- Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente

A sequência correta é:

- a) F,V,F,F
- b) V,F,V,F
- c) V,V,F,V
- d) V,F,F,V
- e) V, V, V, F

#### Questão 66

Com relação à temática “recursos” e, considerando as disposições do CPC/2015, é possível considerar as alternativas abaixo corretas, **EXCETO**:

- a) contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal

- b) cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias, mérito do processo, rejeição da alegação de convenção de arbitragem, entre outras hipóteses
- c) a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado
- d) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso
- e) os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada

#### Questão 67

No que tange ao tema “execução” contra Fazenda Pública, e com base nas disposições do CPC/2015, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias
- b) não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal
- c) nos embargos, a Fazenda Pública não poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento
- d) a Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir a falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia
- e) na fase de cumprimento de sentença, quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição

#### Questão 68

Com relação à disciplina relativa ao tema “execução” em face da Fazenda Pública, e acordo com as disposições do CPC/2015, é correto afirmar que:

- a) no cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, não será obrigatória a apresentação pelo exequente de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, salvo por determinação judicial
- b) em sede de cumprimento de sentença, a Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, ofertar embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias
- c) tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada não será, desde logo, objeto de cumprimento
- d) por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pagar quantia, independentemente do valor, será realizado no prazo de 2 (dois) meses, contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente
- e) considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou

fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso

#### **Questão 69**

De acordo com os princípios consagrados pelo CPC/2015, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) a estratégia processual de permanecer silente, reservando a nulidade constatada pela parte para alegação em momento posterior e mais oportuno contraria os princípios da efetividade, da cooperação e da boa-fé
- b) o CPC, ao prescrever que os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, referiu-se às partes litigantes e não ao julgador
- c) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo ao se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício
- d) ao assegurar às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, o novel diploma processual consagra a isonomia sob a vertente formal
- e) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, não sendo aplicável esta diretriz ao Poder Público em Juízo

#### **Questão 70**

Pedro é um adolescente portador de síndrome de Down, razão pela qual apresenta atraso em seu desenvolvimento mental e intelectual. Ao completar 18 anos de idade e atingir a maioridade civil, é correto afirmar que Pedro será considerado:

- a) absolutamente incapaz, devendo ser representado em todos os atos da vida civil
- b) plenamente capaz, em regra. Eventualmente, para os atos patrimoniais, poderá ser necessária uma tomada de decisão apoiada, por sua iniciativa
- c) relativamente incapaz, tendo em vista possuir discernimento reduzido ocasionado por deficiência mental
- d) absolutamente incapaz, por não conseguir expressar a sua vontade
- e) não possui personalidade civil, por não conseguir expressar a sua vontade

#### **Questão 71**

A Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e, em seu art. 34, prevê as denominadas causas de alçada isto é, as execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN. Segundo o dispositivo em questão e o ordenamento jurídico constitucional vigente, das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, é correto afirmar que:

- a) só se admitirão embargos de declaração endereçados ao juiz sentenciante, recurso de apelação para o Tribunal de Segunda Instância e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal
- b) só se admitirão embargos de declaração e embargos infringentes endereçados ao juiz sentenciante e recurso de apelação ao Tribunal de Segunda Instância

- c) só se admitirão embargos de declaração endereçados ao juiz sentenciante e recurso de apelação ao Tribunal de Segunda Instância e recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça
- d) só se admitirão embargos infringentes e embargos de declaração endereçados ao juiz sentenciante e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal
- e) só se admitirão embargos infringentes e embargos de declaração endereçados ao juiz sentenciante e, em caso de ilegalidade ou abusividade da decisão de primeira instância, mandado de segurança ao Superior Tribunal de Justiça

#### **Questão 72**

O Poder Legislativo do Estado A promulga Emenda à Constituição Estadual pela qual prevê que a Assembléia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao qual competirá “executar suas próprias decisões que impliquem imputação de débito ou multa”. Em razão deste dispositivo, o Tribunal de Contas passa a promover, através de sua própria Procuradoria, o ajuizamento de Ações de Execução por título Extra-Judicial de suas decisões para cobrança dos débitos e multas imputados a agentes públicos. Segundo a jurisprudência do STF, é correto afirmar que o dispositivo da Constituição Estadual que autoriza o TCE a executar suas próprias decisões é:

- a) inconstitucional, uma vez que o ajuizamento da Ação de Execução para cobrança de débitos e multas imputados a agentes públicos – ainda que municipais - somente pode realizado pela Procuradoria-Geral do Estado
- b) inconstitucional, uma vez que a competência para promover a cobrança de débitos e multas imputados a agentes públicos é do Ministério Público Estadual
- c) inconstitucional, uma vez que a competência para promover a cobrança de débitos e multas imputados a agentes públicos é do ente público prejudicado, a quem pertence o crédito constituído
- d) constitucional, pertencendo a Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado a competência para promover a cobrança dos débitos e multas imputados a agentes públicos
- e) constitucional, não sendo necessário o ajuizamento de Ação de Execução por título Extra-Judicial, devendo a decisão ser executada nos próprios autos em que proferida

#### **Questão 73**

A Lei nº 9.492/97 define a competência e regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida, estabelecendo, em seu Art. 1º, parágrafo único, que “Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas”. Em razão deste dispositivo, o Município resolve realizar o protesto de suas Certidões de Dívida Ativa e também das decisões judiciais transitadas em julgado nos feitos em que se sagrou vencedor. Segundo os dispositivos da Lei nº 9.492/97 e da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil de 2015), é correto afirmar que a fazenda pública:

- a) pode levar a efeito o protesto de Certidões de Dívida Ativa e das decisões judiciais que lhe forem favoráveis, uma vez que a previsão da Lei nº 9.492/97 não afasta ou prejudica a aplicação das regras da Lei nº 13.105/2015 que prevêm o protesto das decisões judiciais transitadas em julgado
- b) somente pode levar a efeito o protesto de Certidões de Dívida Ativa, uma vez que as normas do da Lei nº 13.105/2015 (que prevêm o protesto das decisões judiciais transitadas em julgado) a ela não se aplicam diante da previsão específica contida na no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 9492/97
- c) somente pode levar a efeito o protesto de Certidões de Dívida Ativa que tenham sido judicializadas através de Execução Fiscal e que já tenham sido objeto de decisão judicial, proferida em

embargos, transitada em julgado que confirme a legitimidade da cobrança realizada

- d) pode levar a efeito o protesto de Certidões de Dívida Ativa e das decisões judiciais transitadas em julgado que lhe forem favoráveis, desde que realize a inscrição prévia destas últimas em seu livro de dívida ativa face à previsão do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 9492/97
- e) somente pode levar a efeito o protesto de Certidões de Dívida Ativa que tenham sido judicializadas através de Execução Fiscal e que já tenham sido objeto de decisão judicial, proferida em embargos, confirmando a legitimidade da cobrança realizada, ainda que esteja pendente de trânsito em julgado

#### **Questão 74**

O Poder Legislativo do Estado A, no exercício do controle externo, através de seu TCE, condena um agente público a ressarcir determinada quantia ao erário municipal. A decisão proferida pelo TCE transita em julgado e, por intermédio de ofício, o órgão de contas encaminha o acórdão para o Município, determinando que o mesmo promova sua cobrança. Neste caso, segundo a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que o município:

- a) deve proceder a cobrança judicial do acórdão do Tribunal de Contas através do ajuizamento de ação de execução fiscal, com prévia inscrição do crédito em dívida ativa, uma vez que a Lei nº 6.830/80 prevê a cobrança de créditos tributários e não tributários
- b) deve proceder a cobrança do acórdão do Tribunal de Contas através do ajuizamento de ação de cobrança, pelo procedimento comum estabelecido no CPC/2015, a fim de obter a formação de título executivo judicial
- c) deve proceder a cobrança mediante o ajuizamento de ação de execução por título extrajudicial, segundo o rito do CPC/2015, já que o acórdão proferido pelo tribunal de contas já transitado em julgado possui a eficácia de título executivo extrajudicial
- d) não pode proceder a cobrança judicial do acórdão do Tribunal de Contas, devendo reencaminhar as peças ao órgão do Ministério Público, uma vez que é este que possui legitimidade ativa para promover as medidas necessárias ao ressarcimento do erário
- e) não pode proceder a cobrança judicial do acórdão do Tribunal de Contas, uma vez que a cobrança do crédito deve ser realizada pela Procuradoria do Tribunal de Contas, já que compete ao Tribunal de Contas executar suas próprias decisões desde que transitadas em julgado

#### **Questão 75**

O advento da Lei nº 13.105/2015 (CPC/2015) representou um marco histórico para o Direito brasileiro, já que a novel legislação modificou de modo substancial a estrutura do sistema processual. Todavia, o novo CPC, em seu art. 1.046, ressaltou, excepcionalmente, a "ultratividade" do diploma revogado (Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil de 1973) em alguns casos. Segundo o CPC/2015, afirma-se que:

- a) as disposições da Lei nº 5.869/73, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e não transitadas em julgado até o início da vigência deste Código
- b) permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, a elas se aplicando supletivamente as disposições da Lei nº 5.869/73
- c) os processos mencionados no art. 1.218 da Lei nº 5.869/73, cujo procedimento ainda não tenha sido incorporado por lei, submetem-se ao procedimento comum previsto no Código de Processo Civil de 1973
- d) permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, a elas se aplicando

supletivamente as disposições da Lei nº 5.869/73 caso o processo ainda não tenha sido sentenciado

- e) as disposições da Lei nº 5.869/73 relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência deste Código

#### **Questão 76**

A Lei nº 13.105/2015 (CPC/2015) trouxe, em seu art. 976 *caput*, o incidente de resolução de demandas repetitivas com o objetivo de uniformizar o entendimento dos tribunais acerca de questões comuns a diversos processos judiciais. É correto afirmar, em relação ao incidente de resolução de demandas repetitivas:

- a) será julgado prejudicado quando a parte formular pedido de desistência do processo
- b) somente pode ser instaurado a pedido do juiz ou do relator do processo e pelo órgão do Ministério Público
- c) pode ser instaurado a pedido das partes do processo, devendo ser recolhidas custas processuais por aquele que requerer sua instauração
- d) quando for inadmitido não pode ser novamente suscitado
- e) pode ser instaurado a pedido do juiz ou relator, pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública

#### **Questão 77**

O art. 1.015 da Lei nº 13.105/2015 (CPC/2015) estabelece, em seus incisos I a XIII, as hipóteses de cabimento do recurso de Agravo de Instrumento. Dentre as situações que **NÃO** autorizam a interposição do agravo de instrumento no novo CPC, encontram-se as decisões interlocutórias:

- a) que versarem sobre tutelas provisórias, mérito do processo e exclusão de litisconsorte
- b) que versarem sobre posse de coisa, admissão de intervenção de terceiros
- c) proferidas no processo de inventário e na fase de cumprimento de sentença
- d) que versarem sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem
- e) que indeferem pedido de suspensão de processo em razão de prejudicial externa

#### **Questão 78**

O CPC/2015 prevê a possibilidade do devedor se opor à execução por título extrajudicial através do ajuizamento de Embargos. Imagine, então, a situação em que o devedor opõe os Embargos através de petição protocolada nos próprios autos da execução. Nesse caso, deve o juiz:

- a) rejeitar liminarmente os embargos, vez que se cuida de ação autônoma e, assim, deveriam ser autuados por dependência aos autos da execução
- b) receber regularmente os embargos e determinar seu processamento, vez que, assim como se dá com a impugnação ao cumprimento de sentença, o CPC/2015 prevê que seja autuado nos próprios autos da execução
- c) receber os embargos, mas, ato contínuo, determinar que a serventia cartorária regularize-os mediante seu desentranhamento e distribuição por dependência aos autos da execução
- d) conceder prazo para que a parte promova o desentranhamento, distribuição por dependência e autuação em apartado dos embargos à execução opostos
- e) receber os embargos e determinar seu processamento nos próprios autos da execução, uma vez que não se afigura razoável deixar de apreciar os argumentos apresentados em embargos à execução tempestivamente opostos

### **Questão 79**

Em processo trabalhista movido em face do Município, Jorge se sagra, definitivamente, vencedor e apresenta seus cálculos de liquidação. Todavia, ao proferir a sentença de liquidação, o juiz entende que os cálculos apresentados por Jorge encontram-se equivocados, homologando, então, os cálculos apresentados pelo contador judicial. Nesse caso:

- a) Jorge poderá se opor à sentença de liquidação através de embargos à execução, após garantida a execução ou penhorados bens
- b) Jorge poderá se opor à sentença de liquidação através do ajuizamento de mandado de segurança, uma vez que no processo do trabalho vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias
- c) Jorge poderá se opor à sentença de liquidação através de Agravo de Petição, vez que é este o recurso cabível das decisões do Juiz nas execuções trabalhistas
- d) Jorge não poderá se opor à sentença de liquidação, vez que a sentença que homologa os cálculos do contador, não é passível de questionamento por meio de embargos, impugnação ou recursos
- e) nenhuma das respostas acima

### **Questão 80**

A Lei nº 8.397/92, que instituiu a medida cautelar fiscal, estabelece, em seu art. 1º, que “O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias”. Sobre essa Lei, analise os itens a seguir:

I. A medida cautelar fiscal pode ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens

II. A medida cautelar fiscal pode ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor possui débitos, inscritos em Dívida Ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido

III. A medida cautelar fiscal pode ser requerida contra o sujeito passivo apenas de crédito tributário, quando o devedor tem sua inscrição no cadastro de contribuintes suspensa ou declarada inapta, pelo órgão fazendário

IV. A medida cautelar fiscal pode ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei

Nesse contexto, pode-se afirmar que estão corretos:

- a) os itens I, II e IV
- b) todos os itens
- c) os itens I e IV
- d) os itens II e III
- e) os itens I e III